



CONCIDADÃOS NÓMADAS COMPULSIVOS DO ALENTEJO - CONTRIBUTOS PARA UM RETRATO

De Fernando Moital (moital@gmail.com) temos recebido diversas notícias alarmantes e dramáticas sobre as realidades dos nossos ciganos nómadas compulsivos no Alentejo. A Caravana quis ouvir Fernando Moital e aqui temos o seu testemunho.

De forma fortuita “tropecei” com ciganos (compulsivamente) nómadas pela primeira vez em 1998. Foi em Casa Branca, Montemor-o-Novo, distrito de Évora. Trabalhava então na Associação Terras Dentro, uma associação ligada ao Desenvolvimento Rural. Durante dez anos desenvolvi projectos na área social e educativa na zona de intervenção desta associação (Portel, Cuba, Vidigueira, Viana do Alentejo e Montemor-o-Novo). Ao abrigo desses projectos fui



Acampamento às portas da cidade de Évora. Sem recolha de lixo, sem acesso a água. Sempre à espera da próxima ordem de expulsão

conhecendo mais concidadãos desta minoria. Desenvolvi actividades pontuais com estas pessoas e sempre achei incipiente o que (não) se fazia por elas.

Há cerca de 10 anos acedi dar a minha morada para efeitos de obtenção do cartão de cidadão a duas famílias (compulsivamente) nómadas. Cidadãos portugueses nómadas (compulsivos) são obrigados a dar uma mo-

rada (que não têm) para terem acesso a um documento essencial. Estas pessoas dependem da boa vontade de outros cidadãos para obterem o cartão de cidadão. Da fragilidade deste processo dei conta ao Instituto Nacional de Registos e Notariado. Da resposta relevo:

(Continua na pág. 2)

Editorial

O GRITO, PARTICIPAÇÃO, ESPERANÇA

Estes são os temas principais do presente número da Caravana.

O grito dos ciganos nómadas no Alentejo ouvidos, escutados, percebidos, ecoados por alguém cujo coração é, simplesmente, humano. Não é que quem tem autoridade eleita, administrativa ou moral não seja humano, apenas anda distraído e a eficácia das soluções não está na sua descrição de funções, não está no seu coração. Quem ouvirá este grito dos ciganos nómadas compulsivos no Alentejo, que andam escorraçados de terra em terra porque não têm casa, nem um pedaço de terreno onde possam poisar, onde possam existir como

cidadãos - cocidadãos nossos? Quem encontrará ou se interessará por encontrar, ou clamará até se encontrar uma solução, além do subscritor deste grito?

A União Europeia está interessada em resolver a situação de exclusão social das populações ciganas na Europa. Investiu fundos substanciais. Por proposta da eurodeputada cigana húngara Lívia Járóka, lançou o Quadro Europeu das Estratégias Nacionais para a Inclusão Social da População Cigana 2011-2020. Mas, como a efetiva inclusão das populações ciganas tarda, decidiu “auscultar as bases”, ciganas e não só. Daí nasceram iniciativas de chamar a sociedade civil e ONGs ciganas e comprometidas com os ciganos no terreno, para saber que progressos existem ou não no esforço de

(Continua na pág. 5)

Parece-nos que, por se tratarem de situações análogas, também os cidadãos nómadas, em concreto, os cidadãos de etnia cigana e que ainda são nómadas, poderão indicar a morada de uma instituição de apoio social, ou de outra entidade à qual seja dada essa missão. Na verdade, as várias entidades, às quais o Reclamante deu conhecimento da reclamação já identificadas, e algumas delas com responsabilidades nesta área da integração social, sempre poderão identificar as entidades que poderão ter a seu cargo a tarefa de receber e entregar a correspondência desses cidadãos.

O procedimento - “indicar a morada de uma instituição de apoio social, ou outra entidade à qual seja dada essa missão” - não depende dos próprios mas da competência e boa vontade das entidades que prestam apoio a estes cidadãos. Obter o cartão de cidadão não pode depender da boa vontade nem das entidades, nem de outros cidadãos.

Na sequência deste “empréstimo de morada”, passei a ser interlocutor entre a Administração e estas duas famílias. Por essa via recebo a correspondência de múltiplas entidades - Câmara Municipal de Évora, Autoridade Tributária, Polícia, Tribunais, Banco, Segurança Social, Hospitais, Habévora (empresa municipal de habitação social), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), etc. Recebo a correspondência, aviso as pessoas da mesma, tento re-interpretá-la e comunicá-la às famílias cujos elementos são analfabetos. Os contactos são regulares, quase semanais: umas vezes por telefone outras presencialmente.

Destas diligências vou dando conta como a Administração interage com estas pessoas. Se de certas entidades entendo que seja difícil um tratamento a uma escala mais fina (Autoridade Tributária, por exemplo), ao nível da Administração Regional (escala distrital, concelhia e das freguesias) já tenho mais dificuldades em entender o carácter excepcional destes casos.

Antes de passar a descrever um desses casos paradigmáticos como a Administração não está a cumprir o seu papel, ensaio caracterizar esta população a partir das minhas percepções e frequentes interações:

- São nómadas (compulsivos) e a maioria têm como fonte única de rendimento o Rendimento Social de Inserção;
- A não ser por motivos institucionais (entrevistas na Segurança Social, idas ao médico, por exemplo), as suas relações estão confinadas a pessoas da mesma condição;
- São nómadas compulsivos porque a isso são obrigados. Não encontrei nenhuma destas pessoas, em centenas, que quisesse continuar a viver nesta condição;
- A grande maioria são analfabetas e têm um conheci-

mento do contexto social e cultural do país próximo do zero. Desconhecem, a título de exemplo e entre as crianças a quem perguntei, quem é o Cristiano Ronaldo. Daqui pode-se inferir alguma coisa? Eu creio que sim. E de não saber abrir uma torneira? Também!

- Muitos deslocam-se em carroças;
- Casam e têm filhos muito cedo;
- Vivem em tendas de lona. Pelo locais onde passam não têm acesso a energia, água, casas de banho ou

recolha de lixo. Para terem acesso a água, recorrem a expedientes: bebedouros, mangueiras das bombas de gasolina, bocas de incêndio, charcas (para lavar roupa, por exemplo).

- O seu quotidiano é condicionado pela satisfação de necessidades básicas: procura de água, entrevistas obrigatórias na Segurança Social ou entidades com quem esta contratualiza, idas ao médico (famílias numerosas e dadas as condições de vida estão muitas vezes doentes),



R. , nómada compulsiva. 25 anos, 3 filhos e outro a caminho

cursos de formação profissional sem nexos (já lá vamos), etc;

- As crianças frequentam a escola de forma irregular;
- São constantemente alvo de atitudes discriminatórias, sobretudo nas redes sociais onde os comentários de teor xenófobo são cada vez mais frequentes, muitos destes manifestando múltiplos ódios.

Neste quadro, como é que a Administração Pública, com responsabilidades no apoio e inclusão, agem?

O seu trabalho, analisado individualmente, é cumprido. Todas elas agem segundo os seus regulamentos e procedimentos próprios. Mas a ligação do trabalho entre essas múltiplas instituições falha e os reflexos traduzem-se num esforço (recursos financeiros, materiais e humanos) com resultados muito incipientes. Melhor dar um exemplo.

Em Abril de 2019, 15 homens foram chamados pelo IEFP a Évora para frequentarem um curso. As mulheres, mães de 4, 5, 6 ou mais filhos têm que cuidar dos filhos. Isto quer dizer que cerca de 120 pessoas são chamadas a Évora. Há aldeias em Portugal com menos gente. Co-

(Continua na pág. 3)

CONVITE PARA A FESTA DE NATAL

Da Associação Torre Amiga (associacaotorreamiga@gmail.com) recebemos o seguinte simpático convite para a festa de Natal do bairro da Torre, Camarate, protagonizado pelas próprias crianças

Amigos e amigas que nos têm apoiado,

Nós as crianças do bairro da Torre em Camarate, junto com a nossa mãe do bairro e o Pároco da Paróquia de São Tiago Maior de Camarate, tivemos este ano a ideia de vos convidar mais uma vez para virer viver e partilhar connosco o próximo dia 21 (ver programa em baixo) o nosso Natal, com a nossa árvore e presépio de esperança onde todos nós, familiares, amigos e convidados teremos um dia para deixar a nossa voz, a nossa mensagem de esperança, para juntos termos um dia diferente em família.

Como muitos de vocês sabem continuamos a viver num bairro muito precário, cheio de lixo, onde chove

dentro das nossas casas, não temos casas de banho, as nossas casas não têm cozinha, enfim... Como se não bastasse toda a nossa miséria, tiraram-nos a luz elétrica há três anos. Com isso os nossos vizinhos e irmãos amigos, perderam as suas casas no passado Verão num incêndio que levou 13 famílias do nosso bairro. Muitos dos

realojamentos levam os nossos amigos e suas famílias para situações piores do que as que viviam aqui no nosso bairro, e que não deviam acontecer.

Mas temos que perdoar e continuar a festejar a vida.

Vimos agradecer por todo o apoio e contamos convosco! A festa vai ser muito linda! Venham ver como o nosso amar e partilhar são bons! A Paz!

Nós as crianças do bairro da Torre, a nossa Mãe do bairro e

o Pároco da Paróquia de São Tiago Maior de Camarate desejamos a todos um feliz Natal!



CONCIDADÃOS NÓMADAS COMPULSIVOS

(Continuação da pág. 2)

meça o curso de 790 horas. Cerca de 6 meses. Metade da formação (Formação Tecnológica) é sobre o cultivo de plantas aromáticas! Para que servem, por exemplo, 25 horas sobre o cultivo de alecrim? Justificação para isto? Estas pessoas precisam de formação em aspectos básicos da sua vida: na área dos cuidados de saúde primários, alimentação, energia (sim, consomem energia, daí que um módulo de energia fotovoltaica eventualmente fizesse sentido, por exemplo), do cuidado com o seu gado equino, etc.

Estas pessoas estão acampadas sem licença de acampamento. Todos ignoram que um dos motivos pelos quais estão ali é tratar-se de um “Curso Profissional de frequência obrigatória”. A obtenção da licença de acampamento provisório é um processo burocrático, moroso e que envolve o proprietário do terreno (muitas vezes os municípios), o Delegado de Saúde e as forças de segurança. Outro processo impossível de cumprir.

Estas pessoas fazem-se notar e as queixas começam a chover no município que, pouco tempo depois, inicia as suas diligências junto da PSP para que esta, alegando a falta da tal autorização, desmantele o acampamento. Câmara Municipal e PSP estão a cumprir. Estas famílias deslocam-se maioritariamente em carroças. Muitos dos seus animais, essenciais às suas constantes deslocações foram entretanto confiscados. A PSP acompanha a caravana até ao limite do concelho. A caravana regressa

ou chega, compulsivamente, a outro concelho onde o processo se reinicia.

O curso de formação profissional começa a perder formandos até que acaba, como previsto, prematuramente. O IEFP também cumpre. A Segurança Social toma conhecimento e age em conformidade. Também está a cumprir. Aos formandos é-lhes imputado incumprimento por ausência na formação. Estes estão em incumprimento. Dentro de um ano (?) o ciclo recomeça.

Os mecanismos repetem-se na saúde, na educação, na habitação. Não há um organismo que se preocupe em ver o todo. A exclusão perpetua-se. As condições infra-humanas permanecem mau grado o bom desempenho e cumprimento das regras de cada uma das instituições envolvidas.

Durante quanto mais tempo?

Este artigo foi escrito com a grafia antiga.



Família nómada compulsiva no distrito de Beja

DO ROMED 1 AO ROMED 2

Entre 2011 e 2013, o Programa ROMED contribuiu para uma mediação de qualidade em 22 países europeus, com a formação de mais de 1300 mediadores, assegurando a equidade da mediação entre as comunidades ciganas (Roms) e as instituições públicas, evitando assim, constrangimentos na relação entre os roms e a sociedade maioritária.

Em Portugal, o Programa ROMED, no âmbito do Projeto Mediadores Municipais Ciganos do Alto Comissariado para Migrações (ACM), contribuiu com a formação de 27 mediadores: 19 mediadores municipais, um mediador da área da saúde, três dinamizadores culturais do Programa Escolhas, um mediador da Santa Casa de Misericórdia e três mediadores escolares.

Após os dois primeiros anos do ROMED 1, emergiram novas questões das organizações e instituições parceiras do Conselho da Europa e da União Europeia na implementação do programa, nomeadamente: como está a ser estimulada a participação democrática nas comunidades? Como podemos assegurar que as instituições públicas cooperem e se interessem ativamente pelo processo? E, acima de tudo, como podemos atuar com mais profundidade para fazer acontecer mudanças reais e significativas do dia-a-dia das comunidades através da mediação?

A partir destas perguntas, assim como dos alicerces lançados no ROMED 1, surgiu o ROMED 2, que visa aprofundar a nível local a ação dos mediadores já formados e cujo reforço da formação foi feito no âmbito do ROMED, promovendo a mudança através da participação democrática dos ciganos. O currículo do ROMED 2 foi desenvolvido por peritos internacionais e ajustado para se adaptar às realidades e ao contexto específico, com a ajuda das Equipas Nacionais de Apoio do ROMED 2. Contém módulos e recursos de formação em áreas como liderança, poder, tomada de decisão participativa e inclusiva, gestão de conflitos, desenvolvimento de competências interculturais e gestão da diversidade, entre outras. Foi formado um conjunto de formadores/dinamizadores para a implementação do ROMED 2.

A Equipa Nacional de Apoio é composta pelo

Ponto Focal Nacional da fase anterior, um Delegado Nacional pelo Projeto, Formadores/Dinamizadores, Mediadores e Peritos, com a coordenação do Conselho da Europa. O ROMED 2 coloca no centro do processo o Grupo de Ação Comunitária, formado por cidadãos das comunidades ciganas, mobilizando-os à participação e ao diálogo com as instituições públicas.

O Programa ROMED 2 está a ser implementado

na Bulgária, Bélgica, Grécia, Macedónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Itália, Hungria, Ucrânia e Alemanha. Em cada país, foram selecionados em média cinco a seis municípios para a sua implementação. Uma das principais dificuldades do ROMED 1 foi a escala da implementação, que não permitiu uma ação mais profunda ou uma maior adaptação da mediação a contextos locais, lacuna que o ROMED 2 visa ultrapassar. Em cinco dos dez países abrangidos (Bulgária, Hungria, Itália, República Eslovaca e Roménia), o ROMED 2 está a ser implemen-

tado ao mesmo tempo que o Programa ROMACT, sendo este último uma nova iniciativa conjunta do Conselho da Europa e da União Europeia que visa oferecer formação às autoridades públicas na participação democrática dos ciganos.

Os municípios do ROMED 2 são: Elvas, Barcelos, Beja, Figueira da Foz, Torres Vedras, Seixal e Moura.



A UNIÃO EUROPEIA MONITORIZA A INCLUSÃO DOS CIGANOS

Nos próximos dias 12 e 13 de fevereiro, o Grupo de Trabalho para a Inclusão dos Ciganos do Comité Económico e Social Europeu (EESC na sigla inglesa) da Direção-Geral para o Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania da Comissão Europeia terá reuniões com ONGs no Porto e em Lisboa para conhecer o trabalho que está a ser desenvolvido pelas organizações da sociedade civil, para avaliar a implementação da Estratégia Nacional para a Integração dos Ciganos, focando os desafios que se colocam, os desenvolvimentos atuais e as mudanças que se tenham verificado na situação dos ciganos, particularmente nas áreas da saúde, habitação, educação e emprego. Na reunião em Lisboa no dia 13 participarão a ONPC, membros diretivos da FECALP (Federação Calhlim Portuguesa), o mediador cigano no Hospital de D. Estefânia, uma técnica de intervenção local da GEBALIS, uma investigadora universitária e a Vice-Presidente da AMUCIP (Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas).

Em 2017 a Direção-Geral para a Justiça e os Consumidores da Comissão Europeia lançou uma pesquisa chamada Roma Civil Monitor (RCM), com o mesmo objetivo: capacitação da sociedade civil cigana e fortalecimento do seu envolvimento na monitorização das Estratégias Nacionais para a Integração dos Ciganos. Este projeto piloto foi coordenado pelo Centro para Estudos sobre Políticas da Central European University (Budapeste, Hungria) em parceria com a Rede ERGO (European Roma Grassroots Organisations Network), o ERRC (European Roma Rights Centre) (Budapeste), a FSG (Fundación Secretariado Gitano) (Madrid) e o REF (Roma Education Fund) e foi implementado em mais de 90 ONGs de 27 estados membros. Em Portugal o RCM foi coordenado pela EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza) e contou com a colaboração da Associação Letras Nómadas e da ONPC.

Atualmente no seu 3º ciclo, o RCM concluiu que é difícil antecipar progresso na inclusão dos ciganos a não ser que os seguintes problemas sejam resolvidos: na área da

governança, a fraca coordenação entre os departamentos do executivo, a falta de monitorização e avaliação do impacto de grandes programas para os ciganos, problemas não encarados de anticiganismo sentidos pelos ciganos incluindo racismo institucional e estrutural em geral. Em Portugal, A ENICC (Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas) remonta a 2013, para o período de 2013 – 2020. Em 2018 foi aprovada, também por Resolução do Conselho de Ministros (145/2018) uma revisão da ENICC, estendendo-a a 2022. As principais áreas contempladas são o emprego, a habitação e os serviços públicos essenciais, a saúde e a educação. Entre as recomendações que o RCM faz, destacam-se: a adequação entre a formação vocacional oferecida e as necessidades reais do mercado de trabalho; a consciencialização para os preconceitos e as práticas discriminatórias contra a comunidade cigana; a revitalização das atividades tradicionais das comunidades ciganas; a priorização do realojamento no quadro dos fundos; a promoção de mediação intercultural no campo da saúde; a formação dos mediadores e a sua integração nas diferentes estruturas do sistema nacional de saúde; a formação intercultural dos profissionais de saúde para desenvolver a consciencialização para a desmistificação de preconceitos e estereótipos; a educação multicultural; os mediadores culturais ciganos; fomentar a relação escola-família.

Fonte: informações do RCM

SECRETARIADO DIOCESANO DE LISBOA DA ONPC
Festa de Natal

Feliz Natal

O Secretariado Diocesano de Lisboa da ONPC deseja Feliz Natal e tem a honra de convidar para a Festa de Natal das crianças e jovens dos Centros:

CONVITE
23 DEZEMBRO DE 2019
14h30

PROGRAMA

1. Abertura: Tambores e Capoeira em Festa
2. Majari Cat: Peça e Danças - "O Natal em todo Mundo"
3. Chaborrillo: Peça musical - "Na noite de Natal"
4. Panoel: Dança - "Encanto do Natal"
5. Majari: Peça - "O melhor presente"
6. Siraço: Dança Cigana

INTERVALO

1. Olpanad: Peça - "Musical de Natal"
2. Majari Cat: Dança Cigana
3. Siraço: Peça de Teatro - "A estalagem em Bolim"
4. Mestipen: Peça de Teatro e Dança - "O verdadeiro significado do Natal"
5. Verdine: Peça - "Um Natal diferente"
6. Grupo Coral

Que se realizará no dia 23/12/2019, no Auditório da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Polo Artur Ravara (Av. D. João II, Lote 4.6-01, Parque das Nações).

Tel: 21 840 80 91 / Fax: 21 840 66 98
Email: sp@onpc.org.pt
www.pastoraldosocigos.org.pt

Editorial

(Continuação da pág. 1)

inclusão social das populações ciganas que são a maior minoria da UE e por isso o elo mais importante para alcançar a coesão social, um dos três pilares constitutivos da própria UE.

A esperança que a muito interessante entrevista da Vice-Presidente da AMUCIP (Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas), Sónia Matos, revela sobre a valia do associativismo cigano e os resultados que o apoio financeiro da UE através

dos seus "focal points" nacionais, neste caso o ACM (Alto Comissariado para as Migrações) pode alcançar, é prenúncio de que, vagarosamente, por vezes, hesitantemente, algo está a mudar e pode mudar no apoio à inclusão das comunidades ciganas e à capacitação dos seus líderes. Assim rememos todos para o mesmo lado, envolvendo os próprios interessados, como Sónia tão bem preconiza, porque, afinal serão sempre eles os destinatários da evolução: porque não hão de ser à partida os seus autores e atores?

Francisco Monteiro

ASSOCIATIVISMO CIGANO: UM DEPOIMENTO DE SÓNIA MATOS

A Newsletter de 24 de junho de 2019 do ObCig (Observatório das Comunidades Ciganas que funciona no âmbito do ACM – Alto Comissariado para as Migrações), na secção Vozes Ciganas no Associativismo (parte I), tem uma entrevista realizada em junho de 2019, no Seixal, com Sónia Matos, a Vice-Presidente e uma das fundadoras da AMUCIP (Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas), da qual apresentamos excertos.

Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig): O seu interesse pessoal pela problemática?

Sónia Matos (SM): O interesse entrou na minha vida por um acaso, porque eu não tinha qualquer tipo de conhecimento para o que é que servia uma associação ou o que é que se podia fazer numa associação. Nós tomámos conhecimento, quando digo nós, são as cinco fundadoras da associação AMUCIP que se conheceram num curso de mediadoras socioculturais e foi um formador que viu essa potencialidade em nós. Tínhamos capacidade para nos juntarmos e formarmos uma associação. E ele disse-nos é que uma não consegue ter voz e as cinco se se juntarem numa associação de mulheres conseguem ter mais força e lutar pelos vossos direitos, quando ainda nós nem sabíamos o que era direitos, o que era o mundo do trabalho. Estávamos a dar os primeiros passos na sociedade e portanto o nosso percurso tinha sido igual ao de tantas outras meninas ciganas em que estudámos e depois fomos retiradas da escola no quarto ano. Só mais tarde devido ao RSI é que comecei o meu percurso, voltei à escola, e depois a minha assistente social encaminhou-me para este curso que estava a dar início, de mediadores socioculturais. E pronto, foi assim que o associativismo entrou na minha vida.

ObCig: A sua perspectiva sobre o mesmo?

SM: O associativismo penso que foi a primeira medida, a seguir ao RSI, depois começou a integração da comunidade cigana em várias vertentes, a escolaridade, em acções de formação, em cursos de mediação, e a verdade é que esses mediadores que foram formados todos eles criaram ou desenvolveram um percurso de associativismo, porque foi por aí que nós conseguimos criar voz e começar a dar a conhecer à sociedade maioritária o que era a comunidade cigana, portanto os primeiros dez anos da associação foi principalmente formar a sociedade maioritária na cultura cigana, da comunidade cigana, dar a conhecer os nossos valores, quem somos, como vivemos, porque temos esta atitude, porque andamos desta forma, porque reagimos desta maneira. Porque no fundo os estudos é sempre assim que nos veem, como alguém que é completamente diferente e que é importante estudar,

como é que eles comem, como é que se vestem, como é que eles andam, e portanto durante quinze anos o nosso governo andou a estudar a comunidade cigana. E os estudos e os livros estão todos aí, mas depois estes estudos e estes livros nunca foram buscar a verdadeira história da cultura cigana, porque nós fazemos parte deste país, desta história. Onde é que nós ficámos, porque é que nós não fazemos parte do currículo escolar na história portuguesa, porque nós estávamos presentes. Portanto a associação a mim e às mulheres ciganas deu-nos o poder e o conhecimento de podermos sonhar com uma vida melhor. Mas eu acho que as associações ainda têm um longo percurso pela frente, porque as associações, esta massa associativa que nasceu tem cerca de 15, 16 anos e poucas foram as associações que conseguiram vingar porque é muito complicado associações de comunidade cigana conseguirem manter-se.

Agora tem o ACM que é a única entidade que ainda financia um bocadinho as associações ciganas, mas a verdade é que nós estamos ainda a dar pequenos passos porque já provámos que conseguimos fazer um excelente trabalho. E a sociedade maioritária já chegou à conclusão que para trabalhar com a comunidade cigana tem de trabalhar Com os ciganos, não é Para os ciganos. E portanto acho que as associações foram e são aquilo que está a fazer a mudança dentro da comunidade cigana.

ObCig: As possibilidades do seu desenvolvimento?

SM: Dentro da comunidade cigana neste tempo o que eu acho é que as associações tiveram a crescer e a empoderar-se elas próprias, porque elas próprias não sabiam muito bem como desenvolver o

seu trabalho, eu falo pela minha associação, mas agora como já temos encontros de associações no ACM, deparo-me que todos temos as mesmas dificuldades e que ainda precisamos de muito apoio por parte do governo para continuarmos a crescer também, porque precisamos desse apoio enquanto associação que está a dar os primeiros passos, mas acho que nós para podermos alcançar a credibilidade que as outras associações e instituições já têm, ainda nos falta um longo caminho, porque na própria comunidade cigana o conceito associação ainda não está desenvolvido dentro de si. Neste momento, as mulheres com quem eu trabalho são cerca de 60, já é um número que nos dá para ter uma pequena visão, elas encaram a associação como um espaço em que estão lá mulheres ciganas e que podemos ter formação. Um espaço que é delas, que podem falar da forma que estão e onde não têm qualquer tipo de receio. Mas o conteúdo ou para que serve uma associação é muito de trabalho de colaboração de grupo. E eu

(Continua na pág. 7)



(Continuação da pág. 6)

acho que a comunidade cigana ainda lhe falta trabalhar essa parte. De colaboração em trabalho em prol da comunidade, porque não temos aquela... ainda não consigo chegar lá, mas acho que nos falta uma raiz que nós pudéssemos pegar todos e dirigirmo-nos todos naquele sentido. Porque agora o que eu sinto, é que as associações, cada uma está a trabalhar por si e a comunidade cigana começa a ver estes movimentos e começa a perceber estas acções. E portanto estamos numa fase de empoderamento, que as mulheres começam a perceber, nós se tivermos juntas, conseguimos ter mais voz e conseguimos continuar. Mas as minhas mulheres, já não conseguem conceber a ideia que os projetos terminam em tempo. E as minhas mulheres, as que tinha aqui há dez minutos, o projeto vai durar até 31 de Julho, e elas já me estavam a dizer como é que é, isto não pode acabar. Elas não pensam que isto tem de ter um financiamento para dar continuidade. Isto é necessário fundo para dar continuidade. Portanto há um trabalho muito muito grande a ser feito dentro da comunidade cigana para valorizar ou para que elas tomem consciência do que é realmente o associativismo e para que ele serve.

ObCig: Os caminhos que esse desenvolvimento pode e/ou deve tomar?

SM: Em primeiro lugar acho que tinham de ser do governo, governamentais, medidas que pudessem dar mais apoio, financiamentos para que estas associações pudessem sustentabilizar o seu trabalho para que fosse uma coisa mais contínua, porque neste momento eu tenho 5 anos, vai para o 5º ano de projeto PAC, mas são projetos muito pequeninos, projetos de um ano que eu preferi manter o mesmo grupo para dar continuidade a um trabalho destas mulheres e no dia 6 elas vão fazer uma mostra ali nas oficinas Cargaleiro com os trabalhos que elas desenvolveram, patchwork, pintura, fotografia e é bom que nós também possamos mostrar esse outro lado, que as mulheres não sabem só costurar e cozinhar na comunidade cigana, temos que abrir os horizontes e abrir as portas porque todos os ciganos não podem ser ativistas e associativistas e mediadores. Temos que abrir portas de trabalho em outras instituições para que a comunidade cigana se comece realmente a integrar e conseguir-se sentir integrada também.

ObCig: O que pode ser feito para o melhorar

SM: Neste momento estamos... eu penso que é um caminho que me parece correto, estamos a desenvolver um trabalho de mais proximidade dentro do ACM com uma presença já muito notória das associações ciganas, mas gostaríamos muito, nós associações, de termos uma identidade externa ao governo, que fosse independente, para termos mais autonomia, porque por muito que nós possamos dizer ou opinar, o que prevalece é a vontade do ACM e do ObCig, nós podemos estar lá a batalhar, a partilhar ideias, mas ainda não temos independência real, precisávamos de uma entidade independente ao governo que defendesse realmente a comunidade cigana, os seus direitos e os seus deveres.

ObCig: Articulação entre: a) associativismo, b) humanização socio-cultural, c) políticas públicas; direitos humanos,

construção de uma cidadania activa, crítica, emancipatória e humanista.

SM: Sim, ser associativista é isso tudo e isso está tudo ligado e pelo aquilo que eu entendo todo o percurso e todo o trabalho que a associação faz é no sentido de empoderar estas mulheres, de se conhecerem a si próprias e de fazer o seu percurso, a AMUCIP ajuda a criar essa auto-estima, esse conhecimento e depois o objectivo principal é ajudá-las a elas caminharem e a chegar juntas às instituições. Portanto, o ano passado consegui criar um grupo de alfabetização na Escola Secundária da Amora, parceria desenvolvida pelo centro qualifica, estas mulheres terminaram este projeto que é de competências básicas, terminaram este ano e já se inscreveram este ano para fazer a EB1. Portanto, elas agora já estão sozinhas, já estão nas escolas e já fizeram o seu percurso, assim como as mulheres que estou a acompanhar, encaminhei para outra instituição que é as oficinas Cargaleiro, que é as Artes, e portanto está outra instituição a trabalhar com estas mulheres. Porque o objetivo é empoderá-las e depois elas seguirem às instituições e é dessa forma que o associativismo depois cria a cidadania e o saber estar e o saber viver. Acaba tudo por estar tudo ligado no trabalho que desenvolvemos no dia-a-dia e na vida destas mulheres. Porque há um trabalho muito grande a ser feito antes disto tudo ser concretizado, nós



tivemos um ano com essas mulheres em que foram preparadas aqui na AMUCIP, o saber estar, o saber estar sentada umas horas, o habituar a família a que elas tivessem aquelas horas fora de casa, quando digo família digo maridos, filhos. E isso é todo um trabalho que se tem de fazer antes e agora elas já conseguem ir sozinhas para a escola e desenvolver o seu percurso. Mas primeiro tem que haver um processo realizado por uma associação, porque são outras mulheres que

falam como elas e que passaram pelo mesmo que elas, e que se hoje estão aqui, eu também posso ambicionar uma coisa melhor para mim. Acho que é muito nesse sentido.

Nós por exemplo criámos um kit pedagógico que está a ser aplicado nas escolas e está preparado para ser aplicado do jardim-de-infância ao 4º ano e o Ministério da Educação validou esse kit pedagógico, portanto isso poderia e é uma influência, porque ao estar na página do Ministério da Educação e a ser validado e reconhecido que é uma boa prática e também ter sido aprovado agora no guião, foi elaborado pelo Ministério da Educação e estar lá como uma referência, isso é influenciar também o resto da sociedade e portanto é pegar em algo que uma associação criou e fez para ser aplicado como uma política pública para todas as crianças. Também temos o exemplo das Letras Nómadas que trouxe um projecto a nível europeu, com fundos europeus, que financiou as bolsas dos estudantes OPRÉ Chevalé e que depois o nosso governo aderiu e colheu essa medida como medida de política pública. Isso é uma demonstração que as associações da comunidade cigana estão a desenvolver um trabalho muito credível, um trabalho que tem cerca de quinze anos, não tem mais, e que nestes quinze anos conseguiu fazer muito mais que a sociedade maioritária fez em trinta anos de estudos.

“OS CIGANOS”: UM INVISÍVEL IMPERATIVO DE LIBERDADE (7 Margens)

Por Maria Manuela Carneiro de Sousa (29 dez 19)

À medida que crescia, Ruy considerava pequeno o espaço que o rodeava, tendo em conta o desejo que o habitava, de ser inteiramente livre. Um mundo de horas certas para tudo, de regras e leis, aliado à inquietante ternura da sua família, não lhe permitia ser livre. Certo dia, o tambor dos ciganos despertou-o para a possibilidade de dominar o tempo, o espaço e a força e Ruy não só saltou o muro da sua casa como saltou também o dos preconceitos, que eram como uma voz obscura, vinda do passado, que lhe dizia “foge”.

Decidido a seguir os ciganos, Ruy escondeu-se na carroça, mas foi descoberto por um gato chamado Polícia. Gela, a rapariga cigana que andava no arame, iniciou-o na cultura dos calons, pertencentes ao povo Rom: costumes, tradições e língua. Gela também o apresentou ao seu pai, que lhe disse ser Tomás Sabba, o chefe do clã, que lhe explicou que os segredos dos calon são “tão antigos como o próprio tempo”. Ruy ficou desse modo a saber que, apesar de serem poucos, os calons transportavam uma grande riqueza.

Para perceber quem era aquele rapaz, o chefe dos ciganos procurou a ajuda de Tshilabba, uma velha, muito velha. Esta velha, com poderes que não são deste mundo e muito escutada pelos chefes ciganos antes de tomarem decisões, limitou-se a afirmar que Ruy “possuía os dons necessários para concretizar os seus sonhos, além de ser capaz de percorrer muitas estradas sem nunca esquecer o caminho para casa”. Então, Tomás Sabba decidiu enviar o rapaz para casa, mas, antes, permitiu que ele aprendesse a arte dos ciganos e experimentasse a sua liberdade.

Tomás Sabba, que não esperava receber uma lição de liberdade de um gadjós, compreendeu que, ao contrário do que ele pensava, calons e gadjós juntavam-se. Gela, o seu irmão e Ruy nem precisaram de falar muito para perceberem que, a partir daquele dia, seriam amigos para sempre. Agora que Ruy “aprendera a respeitar o tempo e o espaço das coisas” fazia

o que antes lhe parecia impossível. Por sua vez, Gela absorvia os números e as letras que ele lhe ensinava. Na despedida, Tomás Sabba, o chefe do clã, disse-lhe: “Não és um calon... mas podias ser”.

Desde sempre, que Ruy achava que “algures no vasto mundo se estava a preparar uma festa incrível à qual ele estava impedido de assistir.” Mas, naquele momento, Ruy não só assistia como participava nessa festa.

Percebe-se, nesta história, que temos de agradecer aos ciganos guardarem na sua cultura a autenticidade, a liberdade e o amor à natureza, que tanto faltam à humanidade. Mas a concretização do sonho da

união entre gadjós e calons ainda mal começou. Este sonho corresponde a um apelo antigo de ir mais além, alargando horizontes e ultrapassando as barreiras do quotidiano, feitas de regras e horas certas. No entanto, permanece a esperança de ser possível caminharmos

unidos, sem que ninguém perca o caminho para casa.

Fica feito o convite a seguir um invisível imperativo de verdade e de liberdade, de forma a sermos capazes de saltar os muros dos preconceitos, que nos separam e impedem de participar na festa da fraternidade, preparada pelo diálogo respeitador e amistoso entre diferentes.

Os Ciganos, conto inédito de Sophia de Mello Breyner Andresen, completado pelo neto, Pedro Sousa Tavares



Ilustração de Danuta Wojciechowska para “Os Ciganos”, cedida pela Porto Editora

FICHA TÉCNICA

a caravana

Director: P. Frei Francisco Sales Diniz, O.F.M.

Propriedade e Editor: Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos

QUINTA DO BOM PASTOR, EST. DA BURACA, 8/12, 1549-025 LISBOA

TEL. 21 885 5468 - FAX 21 584 9514

Contribuinte N.º 501660054

Email: pastoralciganos@ecclesia.pt Internet: www.ecclesia.pt/pnciganos

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 900 exs.

Paginação: Paulo Nunes - Tlm. 934207548

Impressão: OCPM

Isento de registo na ERC ao abrigo da al^a a) do n.º 1 do art.º 12 do D.R. 8/99 de 9/6, com as alterações introduzidas pelo D.R. 2/09 de 27/01.